

ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DA VENEZUELA, 1999/2008

ROMINA BATISTA DE LUCENA DE SOUZA¹
NALI DE JESUS DE SOUZA²

Resumo

Este artigo estuda o desenvolvimento econômico da Venezuela entre 1999 e 2008, desde o início do governo Chávez, através da análise de indicadores econômicos e sociais. O crescimento econômico venezuelano ocorreu com aumento dos gastos públicos, que passaram de 23,7% do PIB em 1998, para 31% em 2006. Nesse período, os gastos sociais subiram de 8,2% do PIB, para 13,6%. Entre os programas do governo, o destaque são as missões sociais, espécie de cooperativas de trabalho, e os programas específicos de crescimento econômico. Na análise da política petrolífera destacam-se a Lei dos Hidrocarbonetos e as ações da estatal PDVSA. Essas políticas e a elevação do preço do petróleo contribuíram para o crescimento econômico acelerado a partir de 2003, com redução do desemprego de 19,2% em 2003, para 9,3% em 2007. O IDH subiu de 0,75 em 2000 para 0,88 em 2006. O coeficiente de Gini caiu de 0,486 em 1998 para 0,424 em 2007; no mesmo período, os 20% mais pobres da população aumentaram sua participação na renda de 4,1% para 5,1%; o índice de pobreza extrema caiu de 24,7% da população total, para 9,4% e o número de indigentes se reduziu de 4,5 milhões, para 2,6 milhões. A redução das receitas petrolíferas e a fuga de capitais, decorrentes da crise econômica surgida a partir de 2008, trouxeram restrições à manutenção das políticas de desenvolvimento do governo Chávez; porém o controle de câmbio vem permitindo a manutenção dos principais programas sociais, com a redução do crescimento econômico de

5,6% em 2008, para apenas 0,3% no primeiro trimestre de 2009, ano em que o PIB deverá cair cerca de 2%.

Palavras chave: Desenvolvimento econômico da Venezuela. Indicadores Sociais. Políticas públicas. Petróleo.

Abstract

This article studies the economic development of Venezuela between 1999 and 2008, since the beginning of the Chávez government, through the analysis of economic and social indicators. The Venezuelan economic growth has occurred with an increase in public spending, which rose from 23.7% of GDP in 1998 to 31% in 2006. In that time, social spending rose from 8.2% of GDP to 13.6%. Among government programs, the emphasis is the social missions, sort of cooperative work, and specific programs of economic growth. In the analysis of the oil are the Law of Oil and the activities of PDVSA. These policies and raising oil price contributed to economic growth accelerated from 2003, with reduction of unemployment from 19.2% in 2003 to 9.3% in 2007. The HDI rose from 0.75 in 2000 to 0.88 in 2006. The Gini coefficient fell from 0.486 in 1998 to 0.424 in 2007; in the same period, the poorest 20% of the population increased their partici-

pation in income of 4.1% to 5.1%, the rate of extreme poverty fell from 24,7% of the total population to 9.4% and the number of poor was reduced from 4.5 million to 2.6 million. The reduction of oil revenues and the flight of capital, of the economic crisis has emerged from 2008, have restrictions on maintenance of development policies of the Chávez government, but the exchange control has been allowing the maintenance of key social programs, reducing the economic growth of 5.6% in 2008 to only 0.3% in the first quarter of 2009, the year that GDP will fall by 2%.

Keywords: Economic development of Venezuela. Social Indicators. Public policies. Oil.

JEL: O15, O16.

1 Introdução

Ao assumir o governo em fevereiro de 1999 Hugo Chávez encontrou uma situação econômica difícil, pois os preços internacionais do petróleo haviam atingido seu mais baixo patamar deste o choque de 1979. Para reativar a economia, ele propôs mudanças constitucionais e lançou programas econômicos e sociais, cujos resultados este artigo se propõe avaliar.

Além da discussão dos planos econômicos, a segunda seção enfati-

¹ Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. Doutora em Economia pela UFRGS. rominabls@gmail.com

² Ex-Professor do Mestrado e Doutorado da UFRGS. Atual Prof. colaborador da UFRGS. Ex-Professor do Programa de Economia do Desenvolvimento da PUCRS. Ex-Editor da Revista Análise Econômica da UFRGS. Ex-Editor da Revista Análise da PUCRS. nalijsouza@gmail.com www.nalijsouza.web.br.com.

za o centralismo político de Chávez, tendo o petróleo como a principal base exportadora. Após 2004, o governo ficou favorecido pela estabilidade econômica, decorrente do aumento dos preços internacionais do petróleo, o que permitiu implementar as políticas sociais prometidas. O estudo continua com a análise dos indicadores econômicos e sociais da era Chávez. Para finalizar, efetua-se uma análise da política econômica e social e suas perspectivas após a crise de 2008.

2 Política econômica e os programas de governo de Hugo Chávez

Ao assumir a presidência, Chávez tinha como objetivos prioritários reescrever a Constituição e integrar as forças armadas na atividade econômico-social do país através do *Plano Bolívar 2000*.³ Procurou também reativar a agricultura, para abastecer com alimentos o mercado interno e gerar emprego no meio rural. O objetivo era reverter o declínio da atividade agrícola provocado pelo êxodo rural em função da exploração do petróleo e reduzir a dependência da Venezuela em relação a importações de alimentos.

Assim que assumiu a presidência, tratou de convocar um referendo popular, para elaborar uma nova Constituição, sobre a qual se fundaria o seu partido *Movimiento V República* (MVR). Entre as inúmeras alterações da nova Constituição, podem ser citadas: eliminação do Senado e criação de uma Assembleia Nacional unicameral; ampliação do mandato presidencial para seis anos, com possibilidade de reeleição; possibilidade de expropriação da propriedade privada, para uso social; fortalecimento do controle do Executivo sobre o Banco Central da Venezuela; redução da jornada semanal de trabalho, de 48 horas para 44 horas; garantia de saúde, educação e aposentadoria para toda a população; garantia ao Estado das reservas de petróleo e de outras atividades estratégicas, com a proibição de o go-

“ Para contrabalançar os efeitos do aumento dos gastos públicos sobre a inflação, a política monetária tornou-se restritiva... ”

verno vender sua participação acionária na PDVSA, podendo, contudo vender subsidiárias (Cano, 2003, p. 208-210).

O *Programa Econômico de Transición 1999/2000* abarcou o primeiro ano de governo (1999). O objetivo geral era promover o crescimento econômico sustentado e diversificado; reduzir a inflação e aumentar o nível de emprego formal. Os objetivos específicos foram: a) reduzir o déficit público e as taxas de juros; b) manter o sistema de bandas para controlar o câmbio; c) mudar o perfil dos pagamentos da dívida externa; d) estimular iniciativas do setor produtivo, abrindo espaço para o investimento privado; e) diversificar as exportações não-petrolíferas; f) recuperar o emprego através de investimentos públicos na construção civil; g) executar políticas de estímulo, promoção e apoio à pequena e média empresa (MPD, 2008).

O Estado tomou a si a função de promover o desenvolvimento econômico, através de políticas sociais de caráter integral (missões sociais, espécies de cooperativas de trabalho). O objetivo das missões é o de ampliar a capacidade produtiva da população, a fim de superar a pobreza. Esses programas sociais são financiados pela renda do petróleo e com outros recursos públicos, o que aumentou a dívida interna. No final de 1999, o governo adotou uma política fiscal ainda mais expansiva, em detrimento do pagamento da dívida externa. Porém, o governo ratificou apenas nove dos 14 programas sociais da *Agenda Venezuela*, por con-

siderar os demais com pouco alcance assistencial. Em função disso, criou o Fundo Único Social para substituir os planos assistencialistas da Agenda Venezuela do governo anterior.

Para contrabalançar os efeitos do aumento dos gastos públicos sobre a inflação, a política monetária tornou-se restritiva. O governo lançou papéis públicos no mercado, especialmente Títulos de Estabilização Monetária. Esses papéis também têm servido como mecanismo de controle de liquidez e de equilíbrio monetário.

Em relação à política cambial, manteve-se a estratégia do governo anterior do sistema de banda com paridade central ajustada à inflação para garantir a estabilidade do câmbio e como estratégia de defesa das reservas internacionais.

O ano de 2000 foi melhor para o governo Chávez, pela recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional. Isso permitiu mais folga na execução do orçamento anual. Em fevereiro de 2000, Chávez enviou ao Congresso o projeto das Leis Habilitantes, que daria ao governo poderes para governar por decreto em questões administrativas, monetárias, fiscais e setoriais, sem passar pelo parlamento. Essas leis foram promulgadas em novembro de 2001 pelo executivo nacional. Essa lei permitiu ao governo Chávez decretar um pacote com 49 leis, que incluía leis muito polêmicas. Destacam-se a Lei de Hidrocarbonetos, que tinha como objetivo controlar a riqueza do país; a Lei de Terras, que facilitou a reforma agrária; e a Lei da Pesca, que destinou as melhores regiões de pesca para pequenos pescadores.

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001/2007 teve como referência os princípios da Constituição Bolivariana. Esse plano procurou diversificar as exportações, para a economia não depender exclusivamente do petróleo e melhorar as condições de vida da população. Como resultado desse plano, entre 2001 a 2003 a Vene-

³ Este plano pretendia alocar cerca de 20 mil soldados para suprir deficiências de pessoal nas áreas sociais sob responsabilidade do Estado.

zuela vivenciou um período tumultuado pelas greves do setor petrolífero. Em função disso, o PIB caiu 8,9% em 2002 e 7,8% em 2003. Com o retorno à normalidade econômica a economia venezuelana voltou a crescer, contribuindo para isso o aumento dos preços do petróleo e a implantação do Programa Social *As Missões*. Da mesma forma, os indicadores sociais melhoram nesse período, com o coeficiente de Gini caindo de 0,487 em 1998 para 0,424 em 2007.

Outro grande feito do governo Chávez em relação à política social foi, portanto, a criação das *Missões Sociais* em 2003. Seu objetivo foi atender os problemas de exclusão social, basicamente os relacionados com a saúde, emprego e educação. Especificamente, seus objetivos são: a) fornecer uma ocupação produtiva ao povo; b) articular o processo educativo ao processo produtivo; c) orientar os recursos às atividades econômicas com maior capacidade geradora de emprego e potencial de desenvolvimento territorial; d) gerar emprego às pessoas excluídas do mercado formal de trabalho; e) acentuar a economia social (Barros, 2007, p. 143).⁴

Os recursos para manter o funcionamento dessas missões vêm diretamente da PDVSA, que em maio de 2004 criou o Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA). A empresa transformou-se em um instrumento financeiro dos programas sociais de Chávez. O que preocupa nessa política social é a falta de investimentos produtivos no país como um todo, principalmente na exploração e produção de petróleo, a principal fonte de renda do país.⁵

A fonte da popularidade de Hugo Chávez são as 17 “missões”: a) *Misión Robinson*, *Misión Ribas* e *Misión Sucre* alfabetizou mais de um milhão de venezuelanos e permitiu o acesso de jovens ao ensino primário, secundário e superior; b) *Misión Barrio Adentro* e *Misión Milagro*: acesso integral à saúde, com distribuição gratuita de medicamentos; intervenções cirúrgicas de cataratas para pa-

cientes venezuelanos em hospitais cubanos; c) *Misión Deporte*: prática esportiva nos bairros periféricos das cidades; d) *Misión Mercal*: abastecimento alimentar de comunidades carentes; e) *Misión Zamora*: reforma agrária integral, com terras “improdutivas” desapropriadas; f) *Missão Vuelvan Caras*: geração de empregos; g) *Misión Vivienda e Identidad*: moradia e cidadania a estrangeiros com muitos anos de residência no país.

Na versão oficial, todas as missões foram criadas para combater a pobreza e promover a substituição de um modelo econômico capitalista e individualista por um novo modelo de desenvolvimento, endógeno, sustentável, solidário e coletivo. Essas missões funcionam como cooperativas; elas lutam pelo interesse mútuo e o bem-estar da população. O sucesso dessas políticas requer ampla articulação interinstitucional, envolvendo setores sociais e instituições diversas. A idéia do governo é a que as missões constituam o “socialismo do Século XXI”.⁶

Em janeiro de 2006, o governo Chávez criou a *Compañía Nacional de Industria Básica*, responsável por onze subsidiárias, denominadas “empresas de produção social (EPS)”, vinculadas a setores como mineração, tubos sem costura para passagem de petróleo, papel e celulose. Essas empresas não têm fins lucrativos; elas são financiadas pelo governo e sua diretoria é indicada pelo executivo nacional.

Sua meta foi abandonar o modelo rentista, improdutivo e importador, sustentado pela renda petrolífera, e construir um novo modelo produtivo solidário, fundamentado no desenvolvimento econômico endógeno. Nesse contexto, as EPS têm como objetivo reativar, transformar e consolidar esse modelo.

3 Centralismo político, produção petrolífera e crescimento econômico na era Chávez

O primeiro governo Chávez (1999/2003) possui duas fases: a primeira foi a das reformas eleitorais e políticas, em meio à crise econômica; a segunda, iniciada em 2001, foi a da promulgação de leis dos hidrocarbonetos, das terras e da pesca, que atingiu os interesses das oligarquias, gerando conflitos entre classes e crise institucional. O início do governo foi bastante difícil pela herança do governo anterior de Rafael Caldera: quadro econômico instável, com o petróleo valendo apenas US\$ 9,00/barril o que dificultava os investimentos. Porém, em seguida, os preços do petróleo aumentaram e o novo governo decidiu criar o *Fondo de Inversión para la Estabilización Macroeconómica* (FIEM). Além disso, esses recursos serviriam de garantia para queda futura dos preços do petróleo. A política econômica expansionista elevou o crescimento da economia para 3,7% em 2000 e 3,4% em 2001 (Tabela 1).

⁴ O termo economia social designa políticas públicas em áreas como educação, saúde e moradia popular. Segundo Guélin (1998, p.13), economia social envolve organismos produtores de bens e serviços com a participação de trabalhadores desvinculados do poder oriundo do capital e da obtenção de lucros (*apud* LECHAT, 2002, p. 125).

⁵ Ricardo Hausmann, falando da *doença holandesa*, disse “*que é uma ilusão acreditar que o dinheiro do petróleo poderá ser utilizado em projetos sociais, como o investimento em educação. Esses recursos devem ser poupados, ao preço de trazer instabilidade para a economia*”. Afirma que a receita das exportações do recurso natural abundante (no caso o petróleo) deveria ficar no exterior em um fundo soberano, para não valorizar a moeda nacional. Isso é o que faz a Noruega e o que deixam de fazer a Venezuela, Irã, Equador e Nigéria, que possuem moedas extremamente voláteis e recebem poucos investimentos produtivos. Conclui que “*a riqueza do petróleo produz dólares, mas não desenvolvimento instantâneo*” (REVISTA VEJA, edição 2075, ano 41, n. 34, 27/08/2008, PÁGINAS AMARELAS).

⁶ Chávez assumiu em seu discurso o pensamento do Libertador Simon Bolívar da defesa da independência nacional, da soberania e da unidade da América Latina.

O petróleo sempre foi o principal instrumento da política exterior da Venezuela e o governo Chávez, de imediato, nacionalizou sua exploração, beneficiamento e comercialização, através do controle estatal da empresa PDVSA. No seio da OPEP, ele renovou os acordos de cooperação energética e petrolífera e outros convênios. Essa política teve repercussões tanto no plano externo como no doméstico. Chávez tratou de promover a influência e o prestígio político venezuelano dentro da OPEP, além de estimular a coesão entre os filiados. Com esse objetivo, a Venezuela promoveu em Caracas, entre 26/07 e 29/07/2000, o segundo encontro dos membros da OPEP, para fortalecer o controle do preço do barril do petróleo no mercado mundial.

Essa política contribuiu para elevar as receitas petrolíferas em 2000 para cerca de US\$ 27 bilhões, um aumento de US\$ 11,2 bilhões com relação ao ano anterior (González, 2003, p. 75). Esses substanciais aumentos das receitas das exportações de petróleo permitiram a Chávez financiar seus gastos sociais e todo o programa político de seu governo.

Em janeiro de 2002, entrou em vigor a nova Lei de Hidrocarbonetos. Essa lei tinha cinco objetivos: *a*) recuperar o papel central do governo na questão petrolífera; *b*) aumentar as receitas fiscais, em franca decadência desde 1970; *c*) fortalecer a OPEP, com a firme adesão da Venezuela; *d*) romper com as tendências favoráveis à privatização da PDVSA; e *e*) estimular a participação de empresários petrolíferos nacionais (Severo, 2003, p. 82-83).

A Lei de Hidrocarbonetos marcou o início das divergências entre as forças nacionalistas e as facções ligadas ao cartel petrolífero. Uma das medidas adotadas para reduzir a autonomia da PDVSA em relação ao poder público foi separar a contabilidade da empresa, para mostrar que as atividades internas geravam muitos excedentes, enquanto as atividades externas causavam enormes prejuízos; dessa maneira, deixava-se claro a existência de apropriação dos recursos petrolíferos pela cúpula dos

“ O descontentamento culminou com um golpe de Estado de 11/04/2002: um grupo de oficiais anunciou a renúncia de Chávez e nomeou o presidente da FEDECAMARAS, Pedro Carmona, para o posto... ”

dirigentes da PDVSA. Chávez anunciou em 2002 a desapropriação de latifúndios, a estatização dos direitos de pesca e o aumento da cobrança sobre permissões de exploração de petróleo.

A partir dessas ações, o governo começou a ser acusado pela mídia, pelo sindicato patronal FEDECAMARAS e por diretores da PDVSA de dividir o país, de atentar contra a propriedade privada e de querer implantar um regime autoritário na Venezuela. Em protesto, a FEDECAMARAS chamou uma greve geral de dois dias em abril daquele ano, que terminou com confrontos violentos. O descontentamento culminou com um golpe de Estado de 11/04/2002: um grupo de oficiais anunciou a renúncia de Chávez e nomeou o presidente da FEDECAMARAS, Pedro Carmona, para o posto. Em resposta, milhares de partidários de Chávez, apoiados pelos comandantes militares, tomaram o centro de Caracas e exigiram sua volta. Sob pressão, Carmona abandonou o palácio e Chávez retomou o poder em 14 de abril. De imediato, ele passou os oficiais golpistas para a reserva e demitiu 18 mil funcionários e diretores da PDVSA.⁷

Em 02/12/2002, funcionários da PDVSA iniciaram o *paro nacional*, uma greve patronal nacional que durou dois meses e provocou uma grande crise econômica. A produção de petróleo chegou próximo de zero e a moeda se desvalorizou. A resposta do governo foi o controle de preços e abandono do regime de bandas cambiais, utilizado desde 1996, com a adoção de câmbio flutuante. A *Comisión de Administración de Divisas* surgiu para executar a política cambial.

Sete fatores foram determinantes para o crescimento econômico acelerado da Venezuela a partir de 2004 (Tabela 1): *a*) modificação da lei de hidrocarbonetos e aumento dos *royalties* cobrados das transnacionais petroleiras pelo governo; *b*) adoção do controle de câmbio no início de 2003, que aumentou as reservas internacionais; *c*) nova lei do Banco Central e criação do *Fondo Nacional de Desarrollo*; *d*) aumentou de 60% da arrecadação de impostos; *e*) investimentos públicos em indústrias básicas, com efeitos sobre o setor de insumos básicos de maior valor agregado; *f*) aporte de US\$ 5 bilhões em 2005 nas missões sociais, para diminuir o desemprego; e *g*) reforma agrária que ativou 1,5 milhão de hectares de terras improdutivas, incorporando milhares de trabalhadores à produção (Severo, 2003 *apud* Barros, 2006, p. 229).

Em dezembro de 2006 Chávez foi reeleito para um 3º mandato, obtendo 62,9% dos votos válidos. Em janeiro de 2007, o governo anunciou a nacionalização da Eletricidade de Caracas S.A e da Companhia Anônima Nacional de Telefonia de Venezuela. Em maio de 2007, a PDVSA assumiu o controle da exploração de petróleo na faixa petrolífera de Orinoco.⁸

No discurso de Chávez, o atual governo vem trabalhando para a

⁷ O golpe de 11/04/2002 evidenciou o desequilíbrio das instituições pela radicalização ideológica. Esta radicalização pode levar a uma situação de empobrecimento e de violência difícil de reverter, além de elevar os custos de transações e prejudicar o desempenho econômico do país.

⁸ Em uma de suas mais emblemáticas atitudes no poder, o Presidente Chávez decidiu, em maio de 2007, não renovar os direitos de transmissão da RCTV, a emissora de televisão mais popular do país.

Tabela 1 - PIB_{pm}, balança comercial e reservas internacionais da Venezuela, 1998/2008

Ano	PIB		Expor- tações ^b	Impor- tações ^b	Balança comercial ^b	Preço do petróleo ^c	Reservas internacionais ^b
	Total ^a	Var. anual (%)					
1998	42.066	0,3	17,7	16,8	1,0	10,53	14,8
1999	39.555	-6,0	21,0	14,5	6,5	25,08	15,4
2000	41.013	3,7	34,7	21,3	13,4	23,87	20,5
2001	42.405	3,4	26,3	18,7	7,6	19,90	18,5
2002	38.650	-8,9	26,7	13,6	13,0	28,66	14,9
2003	35.653	-7,8	28,1	14,0	14,1	30,17	21,4
2004	42.172	18,3	40,8	21,5	19,3	40,46	24,2
2005	46.524	10,3	56,8	28,9	27,9	58,98	30,4
2006	51.338	10,3	66,7	37,9	28,7	62,45	37,4
2007	55.651	8,4	69,2	45,5	23,7	55,99	34,3
2008	58.333	5,6	93,6	48,1	45,5	57,11	43,2

Fonte: Banco Central de Venezuela; CEPAL, Anuário estatístico de América Latina e Caribe, 2007
Obs.: ^a bilhões de bolívares de 1997; ^b bilhões de US\$; ^c US\$/barril Brent

construção de um *socialismo a la venezolana*; tratando de aumentar o papel do Estado na economia,⁹ para incrementar a produção nacional; combater as especulações e garantir a maior variedade possível de produtos básicos nacionais ou importados nas prateleiras. O que se observa é que o governo Chávez, a sua maneira, tem procurado desenvolver a indústria e a agricultura; transformar o modo rentista de produção em um novo modelo de desenvolvimento endógeno capaz de garantir o desenvolvimento econômico do país.¹⁰

4 Indicadores econômicos

O ano de 1998 caracterizou-se pela maior recessão econômica da indústria petrolífera nos últimos 40 anos, quando o preço do barril de petróleo atingiu US\$ 10,53; a razão principal foi a desaceleração econômica em nível mundial pela crise financeira de alguns países asiáticos, sobretudo Coréia do Sul. Essa conjuntura recessiva refletiu-se no governo Chávez, ao assumir o poder em 1999, quando o PIB caiu 6%. Em 2000, a política econômica expansionista permitiu a elevação das taxas de crescimento do PIB para 3,7%. Porém, a instabilidade política vigente em dezembro de 2001, seguida pelas greves de abril de 2002,

quando Chávez sofreu um golpe militar de 48 horas,¹¹ derrubaram novamente o PIB venezuelano para -8,9% em 2002 (Tabela 1).

Além das greves, a fuga de capitais também contribuiu para que em 2003 o PIB se reduzisse 7,8%. A recuperação começou no segundo semestre de 2003, com a elevação dos preços do petróleo e a retomada das exportações. O PIB expandiu-se de modo acelerado, atingindo 18,3% em 2004 e a mais de 10% nos dois anos seguintes. O superávit da balança comercial aumentou significativamente a partir de 2002. As reservas internacionais subiram de US\$ 14,8

bilhões em 1998, para US\$ 43,2 bilhões em 2008.

As oscilações dos preços do petróleo influenciam o crescimento da economia venezuelana. Em 2007 a economia ainda cresceu 8,4%, menos do que nos dois anos anteriores (10,3%), mesmo com o aumento do preço do barril de petróleo de US\$ 55,99 em fins de 2007 para US\$ 57,11 em 2008. Em 2008, o crescimento econômico ainda foi significativo (5,6%). No fim de 2008 o preço do barril de petróleo estava cotado um pouco acima desse valor, e o país possuía reservas internacionais suficientes para cobrir déficits em conta corrente.¹²

⁹ Em 02/12/2007 um plebiscito rejeitou a reforma Constitucional que previa: a) abolição da autonomia do Banco Central; b) extensão da previdência social para os trabalhadores da economia informal; c) proibição de grandes latifúndios; d) redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36; e) permissão do voto aos 16 anos; f) aumento do mandato presidencial de 6 anos para 7 anos; g) permissão ao presidente para declarar de forma ilimitada o estado de emergência; h) reeleição de forma indefinida do Presidente da República (http://en.wikipedia.org/wiki/Venezuelan_constitutional_referendum,_2007). Acessado em 28/08/2008).

¹⁰ A teoria do crescimento endógeno mostra a importância do “capital humano” e da inovação tecnológica nas empresas privadas como fontes de crescimento econômico (LUZARDO, 2001, p. 22).

¹¹ Em dezembro de 2002, promovida pela FEDECAMARAS, ocorreu a greve dos funcionários da PDVSA, que se estendeu a todos os demais trabalhadores da Venezuela (“*el paro nacional*”), durando até fevereiro de 2003.

¹² Segundo Weisbrot & Sandoval (2008, p.4), quando o preço do petróleo cai abaixo de US\$ 45/barril, a Venezuela começa a apresentar déficit em sua conta corrente.

A maior parte das exportações venezuelanas destina-se aos EUA (7,5%), seguido da Colômbia (2,6%). Os principais produtos exportados em 2004 foram: petróleo (83,8% do valor exportado) e alumínio (2,8%). Em relação às importações, as principais origens, em 2004, foram: EUA (30,8% do total das importações), Colômbia (10,6%), Brasil (8,4%) e México (4,7%). Os principais produtos importados pela Venezuela, em 2004, foram: veículos e autopeças (9,7% do total das importações), máquinas e equipamentos (5%), telecomunicações (4,2%), aparelhos elétricos (3,5%) (<http://www.analisecomercioexterior.com.br/>, acesso em agosto de 2008).

Os programas econômicos e sociais do governo aumentaram a dívida total, alcançado o pico de 47,7% do PIB em 2003. Porém, a Venezuela tem aproveitado as receitas petrolíferas para reduzir sua dívida externa, que caiu de 29,9% do PIB em 2003, para 12% do PIB em 2007.¹³ Redução drástica também ocorreu com a dívida interna no mesmo período (de 17,9% para 7,3%). Assim, a dívida total se reduziu 19,3% do PIB em 2007 (Tabela 2).

Em suma, salvo três anos de crescimento negativo nas crises de 1999, 2002 e 2003, pode-se afirmar que, à primeira vista, a Venezuela tem obtido crescimento econômico acelerado nos últimos anos, com alta taxa de formação bruta de capital, o se repercutiu na melhoria dos indicadores sociais. Como será visto, também contribuir para essa melhoria a política social de Chávez, deliberadamente feita em benefício da população mais pobre.

5 Indicadores sociais

Ao analisar a economia venezuelana faz-se necessário verificar se o crescimento econômico tem gerado desenvolvimento, ou seja, se tem melhorado seus indicadores sociais, como os relativos à pobreza, desemprego, mortalidade, expectativa de vida, educação, saúde. Como foi visto o conceito de desenvolvimento, envolve a análise de indicadores sociais e um dos mais importantes in-

Tabela 2 - Dívida pública da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006 (%)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Externa	25,6	23,2	18,6	18,4	24,9	29,9	24,5	21,8	15,0	12,0
Interna	5,1	6,5	9,1	12,4	15,0	17,9	14,0	11,1	9,3	7,3
Total	30,7	29,6	27,7	30,7	39,9	47,8	38,5	32,9	24,3	19,3

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV); Ministério do Poder Popular para as Finanças (MF), República Bolivariana de Venezuela *apud* Weisbrot & Sandoval, 2008, p. 26

Tabela 3 - Gasto social do governo da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006

Item do gasto público	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Gasto público total	23,7	24,5	29,6	31,6	29,4	31,0	28,4	28,5	31,0
Gasto social total	8,2	9,4	11,0	12,1	11,2	12,1	11,8	11,6	13,6
- Educação	3,4	4,1	4,5	4,8	4,8	4,6	4,8	4,1	5,1
- Saúde	1,4	1,5	1,4	1,5	1,7	1,5	1,6	1,6	1,8
- Moradia	1,0	0,8	1,7	1,0	0,8	1,1	0,6	1,3	1,6
- Seguridade Social	1,4	2,0	2,2	3,4	2,8	3,4	3,1	3,0	3,6
- Desenvolvimento e participação social	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8	1,1	1,2	0,9	1,0
- Cultura e comunicação social	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3
- Ciência e tecnologia	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,3	0,3	0,2
Gasto social (% do Gasto público)	34,7	38,5	37,3	38,4	38,2	39,0	41,4	40,6	44,0

Fonte: CEPAL, Anuário estatístico de América Latina e Caribe, 2007

dicadores sociais é a magnitude da população pobre e miserável. Nesse sentido, é importante essa mensuração e quantificar as carências básicas da população. Como salientou Oliveira (2001, p. 13), a exclusiva preocupação com o crescimento do PIB tem levado os governos a esquecer de assegurar a elevação do bem-estar da sociedade.

Era Chávez, os números demonstram a progressiva conversão do crescimento econômico em desenvolvimento social. A Tabela 3 mostra que os gastos sociais totais passaram de 8,2% do PIB, em 1998, para 13,6% do PIB em 2006. Nesse ano, a maior participação no gasto total foram os gastos com educação (5,1%) e com Seguridade social (3,6%). Foram esses gastos que mais cresceram entre 1998 e 2006.

Enquanto os gastos públicos totais passaram de 23,7% para 31% do PIB, os gastos sociais praticamente dobraram no mesmo período, atingindo 13,6% em 2006. Os programas sociais com maior visibilidade são as missões, como a Robinson, de alfabetização, e a Barrio Adentro, que

fixa médicos - geralmente cubanos - em comunidades carentes. Os gastos com saúde merecem atenção, pois em 1998 havia apenas 1.628 médicos para toda a população venezuelana (23,4 milhões de pessoas). Já em 2006, 19.571 médicos atendia cerca de 27 milhões de pessoas. (WEISBROT & SANDOVAL, 2008).

O substancial aumento de gastos em educação ocorreu exclusivamente em escolas públicas, cujo número passou de 3.629, em 1999, para 20.873 em 2005. A taxa de matrícula subiu de 60,1% em 1998, para 72,2 em 2007 (Tabela 6, adiante).

No mesmo sentido, aumentou o acesso da população carente a alimentos com preços subsidiados. Em função dessa política, os índices de pobreza reduziram-se substancialmente no governo Chávez. Ao assumir o governo em 1999, cerca de ¼ da população total vivia como indigente. Esse percentual chegou a 12,9% em 2006 e a 9,4% em 2007 (Tabela 4).

¹³ O mesmo tem ocorrido em outros países da América Latina, como o Brasil. Isso se explica pela maior abundância de divisas e pelo desejo dos governos de reduzir a dependência financeira do capitalismo internacional.

Tabela 4 - Índices de pobreza da Venezuela, 1997/2007 (%)^a

Ano	Domicílios em situação ^b		Pessoas em situação ^b	
	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza	Extrema pobreza
1997	55,6	25,5	60,9	29,5
1998	49,0	21,0	55,4	24,7
1999	42,8	16,6	50,0	19,9
2000	41,6	16,7	48,3	19,5
2001	39,1	14,2	45,5	17,4
2002	41,5	16,6	48,1	20,1
2003	54,0	25,1	61,0	30,2
2004	53,1	23,5	60,2	28,1
2005	42,4	17,0	48,8	20,3
2006	33,9	10,6	39,7	12,9
2007	27,5	7,6	33,1	9,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. República Bolivariana de Venezuela *apud* Weisbrot & Sandoval, 2008, p. 15

Obs.:^a Período de referência: 1º semestre de cada ano; ^b Percentual do total declarado.

Tabela 5 - Evolução da condição de pobreza da população venezuelana, 1998/2007 (2º semestre)

Ano	População total	População Não-pobre	População pobre (PP)			NP/PT	PP/PT	PNI/PT	PI/PT
			Total PP	Não-indigente (PNI)	Indigentes				
1998	22.246.156	11.033.883	11.212.273	6.687.881	4.524.392	49,6	50,4	30,1	20,3
1999	23.141.333	11.872.752	11.268.581	6.606.386	4.662.195	51,3	48,7	28,5	20,1
2000	23.638.896	12.684.301	10.954.595	6.695.836	4.258.759	53,7	46,3	28,3	18,0
2001	24.086.022	13.155.017	10.931.005	6.849.864	4.081.141	54,6	45,4	28,4	16,9
2002	24.144.558	10.779.195	13.365.363	7.322.375	6.042.988	44,6	55,4	30,3	25,0
2003	24.110.558	9.140.395	14.970.361	7.797.008	7.173.353	37,9	62,1	32,3	29,8
2004	24.569.780	11.318.952	13.250.828	7.710.928	5.539.900	46,1	53,9	31,4	22,5
2005	25.369.501	14.279.212	11.090.289	6.567.832	4.522.457	56,3	43,7	25,9	17,8
2006	25.985.605	16.551.960	9.433.645	6.555.637	2.878.008	63,7	36,3	25,2	11,1
2007	26.676.983	17.704.193	8.972.790	6.412.957	2.559.833	66,4	33,6	24,0	9,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

Em 2002/2003 o índice de pobreza aumentou, em função da crise econômica e social, atingindo 30,2% em 2003. A partir de então, pela retomada das políticas sociais do governo, esses índices melhoraram. A grande redução da pobreza na Venezuela, a partir de então, pode ser explicada pela implantação das missões sociais, a maior parte delas com o apoio de Cuba.

Apesar da grande redução da pobreza extrema, a população pobre ainda perfaz 1/3 da população total, em 2007 (60,9% em 1997). Do total de 26,7 milhões de habitantes em 2007, a Venezuela possuía 17,7 milhões de pessoas consideradas não-pobres, constituindo considerável mercado consumidor. O número de pobres caiu de 11,3 milhões em 1999,

para 9 milhões em 2007; enquanto o número de indigentes reduziu-se de 4,7 milhões para 2,6 milhões, uma redução de 45%. Consta-se que os programas sociais do Governo Chávez privilegiaram as pessoas extremamente necessitadas.

A política social pró-pobre de Chávez também repercutiu na substancial melhoria do índice de desenvolvimento humano (IDH), que subiu de 0,75 em 1999, para 0,88 em 2007. Após 2005, a Venezuela passou a ser enquadrada entre os países de alto desenvolvimento humano.¹⁴

A Tabela 6 mostra também melhorias nos indicadores de renda *per capita*, expectativa de vida, taxa de alfabetização e taxa de matrícula escolar. Os problemas apontados anteriormente foram responsáveis pela queda da renda *per capita* de mais de US\$ 5 mil (dólares PPC) na década de 1980, para US\$ 2.647 em 1998. Nesse período, a expectativa de vida manteve-se estagnada em 72 anos.¹⁵ O mesmo se pode dizer acerca da taxa de alfabetização (90%). A taxa de matrícula somente conheceu crescimento mais acelerado após 2001. Após a implantação das Missões Sociais, todos os indicadores de desenvolvimento da Tabela 6 cresceram significativamente. O IDH subiu de 0,76 em 2003, para 0,88 em 2006.

Os indicadores de mercado de trabalho pioraram durante as greves de 2002/2003. A taxa de desemprego subiu de 11,3% em 1998 para 15,3% em 1999. Ela se reduziu nos dois anos seguintes, mas subiu para 19,2% em 2003. Após, a economia retomou o crescimento, reduzindo a taxa de desemprego gradativamente, para chegar a 10,6% em 2006 e a 9,3% em 2007. Assim, o pessoal ocupado manteve-se estagnado entre 1998 e 2000 no nível de 8,6 milhões de pessoas, tendo subido gradativamente após 2001 (exceto em 2003, com pequena queda), para atingir mais de 11 milhões em 2007. Entre 1998/2003, enquanto o setor privado empregou mais 950 mil pessoas, o setor público demitiu 32 mil; isso ocorreu no primeiro ano do governo Chávez, e em 2002/2003, em razão das greves. Entre 2003/2007, o pessoal ocupado aumentou 555 mil no setor público (+40,5%) e um milhão no setor privado (+12,3%). A participação do setor público na população economicamente ativa subiu de 14,5% em 1998, para 15,8% em 2007 (Tabela 7).

Com crise econômica, o setor informal aumenta em relação ao setor formal. Isso ocorreu na Venezuela

¹⁴ Esse índice já havia atingido 0,82 em 1980, mas reduziu-se para 0,69 até 1998.

¹⁵ Esses dados são relativamente elevados para países subdesenvolvidos.

Tabela 6 - Evolução de indicadores sociais da Venezuela, 1950/2007

Ano	Renda per capita (US\$ PPC)	Expectativa de vida	Taxa de alfabetização	Taxa de matrícula	IDH
1950	2.520	55,19	50,96	27,59	0,46
1960	3.896	58,06	63,30	45,26	0,61
1970	4.074	63,85	75,92	49,87	0,69
1980	5.349	67,70	84,73	58,23	0,82
1990	5.192	71,20	90,90	58,23	0,82
1995	4.157	72,38	90,90	57,94	0,78
1998	2.647	72,8	90,90	60,12	0,69
1999	3.471	72,94	90,90	63,38	0,75
2000	3.457	73,34	90,90	64,12	0,75
2001	3.735	73,53	93,60	67,25	0,78
2002	3.544	73,72	93,60	69,06	0,77
2003	3.494	72,78	93,60	67,47	0,76
2004	3.905	72,98	93,60	69,09	0,79
2005	4.425	73,19	93,60	70,81	0,83
2006	5.192	73,38	93,60	71,19	0,88
2007	5.223	73,58	93,60	72,24	0,88

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

Tabela 7 - Indicadores do mercado de trabalho da Venezuela, 1998/2007^a

Variáveis	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População econ. ativa	9.699	10.259	10.164	10.576	11.369	11.794	12.036	11.937	12.057	12.212
Pessoal ocupado	8.605	8.691	8.683	9.124	9.612	9.525	10.036	10.344	10.783	11.080
-Setor público	1.403	1.348	1.353	1.378	1.365	1.371	1.492	1.634	1.805	1.926
-Setor privado	7.203	7.343	7.330	7.745	8.247	8.153	8.544	8.711	8.978	9.154
Pessoal ocup./PEA (%)	88,7	84,7	85,4	86,3	84,5	80,8	83,4	86,7	89,4	90,7
Setor formal	4.404	4.254	4.111	4.492	4.753	4.529	4.923	5.387	5.853	6.174
Setor informal	4.147	4.435	4.566	4.630	4.856	4.988	5.109	4.924	4.930	4.803
Setor formal/PEA (%)	45,4	41,5	40,4	42,5	41,8	38,4	40,9	45,1	48,5	50,6
Setor inform./PEA (%)	42,8	43,2	44,9	43,8	42,7	42,3	42,4	41,3	40,9	39,3
Setor pub./PEA (%)	14,5	13,1	13,3	13,0	12,0	11,6	12,4	13,7	15,0	15,8
Setor priv./PEA (%)	74,3	71,6	72,1	73,2	72,5	69,1	71,0	73,0	74,5	75,0
Taxa de desemprego	11,3	15,3	14,6	13,7	15,5	19,2	16,6	13,3	10,6	9,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, República Bolivariana de Venezuela *apud* Weisbrot & Sandoval, 2008, p. 16; Obs.: ^a Milhões de pessoas, correspondentes ao primeiro semestre de cada ano e percentual para as relações.

Tabela 8 - Taxa de natalidade e de mortalidade da Venezuela, Brasil e América Latina por quinquênios, 1995/2020 (%)

Ano	Taxa de natalidade			Taxa de mortalidade		
	Venezuela	Brasil	A.Latina	Venezuela	Brasil	A.Latina
1995/2000	2,45	2,16	2,33	0,50	0,65	0,62
2000/2005	2,29	2,07	2,16	0,51	0,64	0,61
2005/2010	2,15	1,92	2,00	0,52	0,64	0,60
2010/2015	1,99	1,75	1,84	0,53	0,65	0,61
2015/2020	1,83	1,61	1,70	0,55	0,67	0,62

Fonte: CEPAL, Anuário estatístico de América Latina e Caribe, 2007

entre 1998 e 2000 e em 2003, quando houve queda de empregos formais. Mas houve crescimento contínuo do setor informal, que passou de 4,1 milhões em 1998, para 4,8 milhões em 2007 (+656 mil pessoas). O emprego no setor formal subiu de 4,4 milhões para 6,2 milhões no mesmo período (+ 1.770 mil pessoas). Observa-se, portanto, ao longo de todo o período, a

melhoria de um importante indicador de desenvolvimento da economia venezuelana.

As melhorias dos indicadores sociais da Venezuela só não são mais rápidas porque esse país ainda mantém um crescimento demográfico acima da média da América Latina (Tabela 8). Projeções feitas pela CEPAL indicam que, entre 2005/2010, a população da Venezuela crescerá anualmente a uma média de 1,63% ao ano, contra 1,28% para o Brasil. Isso decorre da maior taxa de natalidade, de 2,15% (1,92% no Brasil), visto que a taxa de mortalidade é uma das mais baixas da América Latina.

A Tabela 9 mostra que a população mais pobre vem obtendo aumento de sua participação na renda desde 1998, em detrimento das classes de mais alta renda. Isso ocorreu até os 80% mais pobres, contra os 20% mais ricos. Em 1999, os 20% mais ricos detinham 51,9% da renda total, percentual que se reduziu para 47,7% em 2007. Os 20% mais pobres e os 20% menos pobres subiram, respectivamente, de 4,4% e 9,1% para 5,1% e 10,4%.

O coeficiente de Gini reduziu-se no período, principalmente após 2005. Porém, aumentou a desigualdade nos períodos de crise econômica, como no início do Governo Chávez e em 2002/2003. Certamente, os efeitos das políticas sociais estão se fazendo sentir mais amplamente nos últimos anos, pela consolidação das mesmas junto à população.

6 Perspectivas após a crise de 2008

A economia venezuelana até julho de 2008 estava crescendo pela expansão do preço do barril de petróleo que estava igual a US\$ 135,2; porém com a crise em setembro do mesmo ano, os preços caíram para US\$ 43, sendo o petróleo o suporte da economia do país.

Mesmo com essa crise financeira, a Venezuela tem visões de desenvolvimento de longo prazo, explanados no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2001/2007). Atualmente o governo traba-

Tabela 9 – Distribuição de renda entre as classes sociais e coeficiente de Gini da Venezuela 1998/2007 (%)

Anos	20% mais pobres	20% menos pobres	Quintil intermediário	20% menos ricos	20% mais ricos	Coeficiente de Gini
1998	4,1	8,5	13,0	21,1	53,4	0,4865
1999	4,4	9,1	13,2	21,4	51,9	0,4693
2000	4,0	8,6	13,5	21,6	52,3	0,4772
2001	4,5	9,9	13,1	23,0	49,6	0,4573
2002	4,4	7,9	12,6	20,9	54,1	0,4938
2003	4,0	8,8	13,0	21,4	52,8	0,4811
2004	3,5	7,6	12,9	21,2	54,8	0,4559
2005	4,6	8,4	15,9	18,8	52,4	0,4748
2006	4,7	9,4	14,5	22,1	49,4	0,4422
2007	5,1	10,4	14,2	22,6	47,7	0,4237

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

lha com o Plano Econômico e Social da Nação (2007/2013), que prevê um crescimento maior para as indústrias básicas, é considerado o primeiro plano socialista. Os principais mecanismos utilizados pelo Plano para estimular o crescimento econômico e diversificação produtiva são: a) investimentos a serem feitos pela estatal PDVSA; b) controle de câmbio mantido desde 2003 para estimular a sobrevalorização da moeda; c) nacionalização de empresas estratégicas dos setores de comunicações, eletricidade, alimentação e construção, além de instituições financeiras, e d) reforma do Banco Central da Venezuela, que estabeleceu um teto anual para as reservas internacionais; os valores que superarem esse teto serão transferidos para o Fundo de Desenvolvimento da Venezuela (SEVERO, 2009, p. 2).

Apesar da queda do preço do petróleo e, conseqüentemente, do PIB, o Governo venezuelano vem mantendo os programas sociais que têm contribuído para reduzir o desemprego.¹⁶ Se os preços do petróleo permanecerem em queda em conseqüência da crise financeira internacional, a economia da Venezuela poderá ser afetada, tendo um crescimento econômico ratejante no próximo ano. Contudo, a expectativa é a de que, apesar do tamanho da turbulência global, os efeitos da cri-

se não deverão ser sentidos pela economia venezuelana nos próximos meses. Estas projeções são compartilhadas com o FMI, que estima que o crescimento econômico venezuelano será de 2% em 2009. Essa redução da taxa de crescimento do PIB está muito ligada à queda dos preços do petróleo. Porém, as previsões são de elevação do preço do petróleo, o que poderá implicar em uma taxa ainda maior de crescimento da economia venezuelana.¹⁷

7 Conclusão

O governo de Hugo Chávez possui quatro fases distintas: a primeira iniciou em 1999, ao assumir o poder, compreendendo as reformas institucionais, sintetizadas em uma nova Constituição. Essa fase caracterizou-se, também, pela recessão econômica, provocada pelos baixos preços do barril de petróleo desde 1993 e pelas mudanças constitucionais, situação que gerou a fuga de capitais. Apesar das dificuldades enfrentadas no primeiro ano de governo, Chávez fortaleceu sua popularidade peran-

te o povo venezuelano. Ao finalizar o ano de 1999, o governo conseguiu a estabilização macroeconômica, que permitiu alcançar resultados positivos em matéria de desaceleração do ritmo inflacionário, estabilidade monetária e cambial, com tendência de queda das taxas de juros.

As políticas fiscais e monetárias expansionistas do governo marcaram o início da segunda fase, no ano de 2000, pela recuperação dos preços do petróleo, queda do desemprego, redução das taxas de juros, com o conseqüente aumento do crédito, do consumo e do PIB *per capita*.

Em 2001, começou a terceira fase, que se entendeu até 2003. Ela foi marcada pela insatisfação popular contra o governo. Isso decorreu do surgimento de um conjunto de leis que buscavam aprofundar reformas estruturais nos principais setores da economia, com ênfase na estatal petrolífera PDVSA: leis dos hidrocarbonetos, das terras, da pesca, do sistema financeiro, do imposto de renda e das cooperativas. Nesse período, ocorreu uma série de eventos importantes

¹⁶ A forte crise do sistema financeiro internacional implicou levou à demissão de milhares de trabalhadores em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos, Europa e Japão.

¹⁷ No dia 03/08/2009, o barril de petróleo (WTI, na Bolsa Nymex) estava sendo negociado a US\$ 71,23 (set. 2009), a US\$ 74,61 (dez. 2009) e a US\$ 79,51 (dez. 2010) (<http://br.adfvn.com/commodities/petroleo.html>, acessado em 03/08/2009).

na Venezuela: greve patronal de dezembro de 2001; Golpe de Estado promovido pela PDVSA em abril de 2002; conspirações e sabotagem petroleira entre o último trimestre de 2002 e fevereiro de 2003. Como resultado, o PIB caiu 8,9% em 2002 e 7,8% em 2003.

No terceiro trimestre de 2003, iniciou-se a quarta e atual fase da economia venezuelana sob a presidência de Hugo Chávez. Esta foi a fase da “reativação econômica”, com o fortalecimento do governo. Essa reativação tem como principal fator a expansão dos preços do barril de petróleo, que subiu sistematicamente de US\$ 28,7, em 2002, para US\$ 62,5, em 2006, com a adoção de políticas públicas distributivas em favor da população mais pobre, destacando-se os programas denominados *Missões sociais*. Os indicadores sociais melhoraram, como foi visto neste artigo. Percebe-se, pois, que o petróleo continua sendo um poderoso instrumento de suporte para o crescimento dessa economia.

Para reverter as conseqüências negativas da greve dos empresários privados e do setor petrolífero, o governo adotou estratégias para diversificar a economia, através de grandes investimentos nos setores produtivos, além da criação das missões sociais; esta última é a expressão de uma política social mais bem estruturada, dirigida à inclusão de grandes contingentes populacionais pobres às atividades produtivas. Essas políticas econômicas e sociais contribuíram para a recuperação do PIB, que no ano de 2004 cresceu expressivos 18,3%; essa tendência de crescimento acelerado se manteve em 10,3% nos anos de 2005 e 2006. A taxa de desemprego decresceu de 19,2%, em 2003, para 16,6% em 2004 e 9,3% em 2007.

Após a crise econômica de 2002/2003, a Venezuela voltou a crescer de modo sustentado em 2004. O aumento da renda petrolífera permitiu a realização de gastos em atividades produtivas e na área social. Como foi visto a pobreza na Venezuela vem diminuindo; o IDH melhorou muito nos últimos dez anos, aumentando de 0,75 em 2000, para 0,88 em

2006; o coeficiente de Gini caiu de 0,487 em 1998 para 0,424 em 2007, sinalizando melhorias na distribuição de renda entre a população.

Este estudo acentuou, por outro lado, a enorme dependência da economia venezuelana às receitas do petróleo. Desse modo, ela fica em situação vulnerável diante das flutuações dos preços internacionais do petróleo. O governo pratica políticas expansionistas se esses preços e receitas são elevados, ou medidas restritivas de gastos em caso de queda dos preços do petróleo e das receitas petrolífera, o que produz grandes oscilações do nível da atividade econômica interna.

Referências

Análise do Comércio Exterior. **Exportações e Importações Venezuelanas**. Disponível em: <http://www.analisecomercioexterior.com.br/>. Acesso em: 12/08/2008.

ADVFN. **Cotação Petróleo (futuro)**. Disponível em: <http://br.advfn.com/commodities/petroleo.html>. Acesso em 03/08/2009.

BARROS, Pedro S.Chávez. **Petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana**. *Cadernos PROLAM/USP*, ANO 5, VOL 2, 2006. P.209-237.

BARROS, Pedro S.Chávez. **Governo Chávez e desenvolvimento econômico: a política econômica em processo**. São Paulo: PUCSP, 2007 (Dissertação de Mestrado). http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-06-21T10:47:57Z-3594/Publico/PE-DRO%20SILVA%20BARROS.pdf

BARROS, Pedro S.Chávez. Venezuela: mudanças e perspectivas – a razão Chavista. IN: CARMO, Corival A.; BARROS, Pedro S.; MONTEIRO, Leonardo V. M. **Prêmio América do Sul 2007: Venezuela: mudanças e perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CANO, Wilson. **Venezuela: limites para uma nova política econômica**. IN: GUIMARÃES, Samuel P. ; CEPAL. *Cuadernos estadísticos*, 1950/2002. <http://www.eclac.deype/cuader n° 32>.

CEPAL. **Anuário estatístico de América Latina y Caribe 2007**. <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/8/32598/P32598.xml&xsl=/deype/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>.

CHIRINOS, Norbis M; GONZÁLEZ, Sorayda R. Caracterización de la po-

lítica social y la política económica del actual gobierno venezolano: 1999-2004. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 12, n° 1 (ene-abr), pp.31-57, 2006.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. **Economica**, s/n., p. 386-405, nov. 1937.

FGVDADOS: **Cotação diária do Petróleo tipo Brent**: http://fgvdados.fgv.br/dsp_frs_pai_ferramentas.asp. Acessado em 23/11/2006.

GONZÁLEZ, Milko S. El petróleo como instrumento de política exterior en el gobierno del presidente Hugo Chávez Frias. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, vol IX, n° 2, jul./dic., p. 59-87, 2003.

HAUSMANN, Ricardo; MÁRQUEZ, Gustavo. La crisis económica de Venezuela. **La Economía Contemporânea de Venezuela**, Banco Central de Venezuela, Tomo III, 1983.

INE . Instituto Nacional de Estadística. República Bolivariana de Venezuela. <http://www.ine.gov.ve/>. Acessado em 25/07/2008.

LATIN-FOCUS Consensus Forecast. <http://www.latinfocus.com/spanish/countries/venezuela/veneisum.htm>. Acessado em 30/11/2006.

LECHAT, Noëlle M. P. Economía social, economía solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Ano 2, n° 1, junho, p.123-140, 2002.

LUZARDO, Gastón P. **Condiciones y perspectivas del crecimiento económico en Venezuela**. Caracas: Central Bank of Venezuela, 2001.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MPD. Ministerio del Poder Popular para la Planificación y Desarrollo. Disponível em <http://mdp.gob.ve>, acessado 16/05/2008.

OLIVEIRA, Julio C. **Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza nos conselhos regionais e municípios do Rio Grande do Sul entre 1970/1991**. Porto Alegre: UFRGS (Tese Dout. Econ.), 2001.

PENN WORLD TABLE. (http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt61_form.php), 2006. Acessado em 25/07/2006.

SANDOVAL, Luis; WEISBROT, Mark. Actualización: la economía venezolana em tiempos de Chávez. *Center for Economic and Policy Research*. Febrero, 2008 www.sivov.mpd.gob.ve/estudios. (Acessado 17/04/2008).

SEVERO, Luciano. *Petróleo e Venezuela: 1920-2002*. Monogr. Economia, PUC/SP, 2003.

SEVERO, Luciano W. *A política econômica do governo Chávez*. República Bolivariana de Venezuela. Ministerio de Finanzas, 2004. (www.alternativabolivariana.org)

[vabolivariana.org/pdf/politicaeconomica.pdf](http://www.alternativabolivariana.org/pdf/politicaeconomica.pdf)). Acesso 16/11/2006.

SEVERO, Luciano W. A economia venezolana frente à crise mundial. <http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=4402>. Acesso em: 20/05/2009.

SEVERO, Luciano W. Sembrando petróleo la economia venezolana, 1999-2008. Fundación Editorial El Perro y La Rano, Caracas, 2009.

SOUZA, Romina B.L.; SOUZA, Nali de J.; ALVIM, Augusto. Fatores do crescimento econômico da Venezuela, 1950/1998. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 26, n. 49, p. 65-86, março de 2008.

SOUZA, Romina B. L.; SOUZA, Nali de J.; FLORISSI, Stefano. A indústria petrolífera na visão da Nova Economia Institucional: o caso da Petróleos de Venezuela (PDVSA). *Revista de Economia*, v. 34, n. 1 (ano 31), p. 101-117, jan./jun. . Editora UFPR 101, 2007.



- Formatação de teses de Doutorado e Mestrado com base nas normas da ABNT e da Editora
- Unifacs
- Formatação de livros, jornais e revistas

Mais de 30 anos de experiência no mercado editorial e gráfico.

Tel.: (71) 3356-1920

Av. Dom João VI, 153 - Edifício América - S/204 - Brotas, Salvador, Bahia